

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE). Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

28-06-2011. — A Juíza de Direito, *Carla Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Vanda Terras Gonçalves*.

304848064

Anúncio n.º 10253/2011**Processo n.º 1169/05.3TYLSB. — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)**

Credor: Petróleos de Portugal — Petrogal Sa
Insolvente: Seixalfrigo — Transportes Europeus, L.^{da}
Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identifi-
cados em que é insolvente:

Seixalfrigo — Transportes Europeus, L.^{da}, NIF — 504215310, Rua Soeiro Pereira Gomes, 51, C/V, Paivas, 2854-387 Amora

Adm. Insolv: Dr. Avelino José Machado Martins, Praceta Fernando Pessoa, 3 R/c Esq., 2610-071 Amadora

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento foi determinada por insuficiência da massa insolvente para a satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa insolvente. Efeitos do encerramento:

Cessam todos os efeitos que resultaram da declaração de insolvência, recuperando o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios;

Cessam as atribuições do administrador de insolvência, com excepção das referentes à apresentação de contas;

Os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor;

Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos.

29 de Junho de 2011. — A Juíza de Direito, *Carla Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Isabel David Nunes*.

304856804

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 10254/2011****Processo: 261/11.0TYLSB Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

N/Referência: 1924896

Insolvente: VILATRIUM — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.^{da}
Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identifi-
cados em que é Insolvente: VILATRIUM — Sociedade de Media-
ção Imobiliária, L.^{da}, NIF — 502730242, Endereço: Rua José Malhoa,
N.º 16 — Lj, Figueirinha, 2780-017 Oeiras, e Administrador de Insolvência: Luís Miguel Duque Carreira, Endereço: Rua General Trindade,
Apartado 20, 2485-135 Mira de Aire.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado. A decisão de encerramento do processo foi determinada, por insuficiência da massa insolvente, nos termos do disposto do artigo 230.º, n.º 1, alínea d) e 232, n.º 2, do Código da Insolvência e de Recuperação de Empresas.

Efeitos do encerramento:

a) Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente, recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no art.º 234.º do CIRE — art.º 233., n.º 1, al. a).

b) Cessam as atribuições do Sr. Administrador da Insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência — art.º 233.º, n.º 1, al. d).

c) Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição — art.º 233.º, n.º 1, al. c).

d) Os credores da massa insolvente podem reclamar da devedora os seus direitos não satisfeitos — art.º 233.º, n.º 1, al. d).

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos

30-06-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Eduardo Esteves*.

304860984

Anúncio n.º 10255/2011**Processo: 872/11.3TYLSB Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

N/Referência: 1924916

Data: 30-06-2011

Insolvente: Guedes & Guedes — Fábrica de Matrículas, L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados.

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 29-06-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Guedes & Guedes — Fábrica de Matrículas, L.^{da}, NIF — 502262427, Endereço: Rua de Santo António À Estrela, 39-A, R/C, Lisboa, 1350-291 Lisboa com sede na morada indicada.

É administrador do devedor: Alexandre da Fonseca Guedes, com endereço: Praça João Bosco, N.º 21 — 7.º Dtº, 1350-297 Lisboa a quem é fixado domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Sol(a). Aurora Quinhones, Endereço: Av. General Humberto Delgado, 130 — 2.º Dto., 2700-416 Amadora. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham elaborado nos termos do artigo 128.º do C.I.R.E.. É designado o dia 07-09-2011, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. É obrigatória a constituição de mandatário.

30-06-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Gomes*.

304861801

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 10256/2011****Processo n.º 196/11.6TYLSB — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**Insolvente: Pãovenda — Vendas e Distribuição de Pão, L.^{da}

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identifi-
cados em que são:

Pãovenda — Vendas e Distribuição de Pão, L.^{da}, NIF 503585750,
Endereço: Travessa do Chafariz, n.º 18 A 18 D, 2685-035 Sacavém